

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadoras:** Denise Pereira  
Maristela Carneiro

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-944-8

DOI 10.22533/at.ed.448210104

1. Ciências sociais. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Carneiro, Maristela (Organizadora). III. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne capítulos que versam sobre os trânsitos da teoria à prática. Para tanto, há que se pensar em uma teoria e uma prática que estejam além do discurso descompromissado do cotidiano, afinal pensar a respeito de algo e agir sobre não são movimentos indiscutivelmente divorciados e irreconciliáveis. É evidente que entre as elaborações teóricas desenvolvidas no ambiente acadêmico e a implementação de políticas públicas robustas que efetivamente afetam positivamente as vidas das pessoas, há um longo caminho.

Dito isso, ao contrário do que sugere o senso comum, teoria e prática não são oponentes, mas apenas segmentos distintos do mesmo processo.

Sem compreender como uma sociedade se constituiu historicamente e quais são as estruturas que a governam, não é possível detectar possíveis problemas, elaborar alternativas ou proporcionar inovações. O Brasil, problema maior do qual emanam todos os dilemas menores investigados nestes textos, construiu-se ao longo de cinco séculos preservando fortes estruturas coloniais, classistas e racistas, algo que, enquanto visto como uma realidade cristalizada no passado por uma parcela privilegiada da população, ainda marca profundamente nossas negociações sociais, permanecendo muito viva nos combates cotidianos.

A presente coleção compreende trabalhos que abordam questões pertinentes ao direito e aos desdobramentos jurídicos, às políticas educacionais, às iniciativas de desenvolvimento econômico, à manutenção da saúde física e mental, à segurança pública e ao empreendedorismo. Todos estes temas, embora caracterizados por incontáveis especificidades no que diz respeito às metodologias adotadas e resultados esperados, são fundamentalmente elaborações emanadas da malha social, de tal maneira que todos devem ser contemplados por uma mirada global e complexa dos ambientes em que residimos e construímos nossas vidas coletivas.

O estudo das dinâmicas aqui expostas aponta para um desenvolvimento positivo, uma conexão mais visível e fortalecida entre o espaço acadêmico e o mundo fora dos muros das universidades ou da vida acadêmica. As pesquisas que compõem essa obra são sintomáticas de núcleos de pesquisa cujo olhar está voltado para as ruas, praças, postos de trabalho e núcleos populacionais que fazem parte de nossas vidas e demandam nossa atenção.

A vida humana, justamente por sua composição essencial e inevitavelmente social, existe em constante fluxo. Nossas existências, compulsoriamente coletivas (por mais que tentemos nos pensar autossuficientes) são caracterizadas pela mudança, e é através do estudo aprofundado e reflexivo dessas relações dinâmicas, como as investigações aqui reunidas, que podemos esperar constituir sociedades mais estáveis, inclusivas e justas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

(DES)COLONIALIDADE, DIÁLOGO INTERCULTURAL E ETNORECONHECIMENTO NOS MUSEUS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO E A MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEAS

Maria Amelia Souza Reis

**DOI 10.22533/at.ed.4482101041**

### **CAPÍTULO 2..... 20**

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL

Josemar da Silva Abrantes

Renata Silva Gomes

**DOI 10.22533/at.ed.4482101042**

### **CAPÍTULO 3..... 27**

A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO AUXÍLIO À INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Felipe Pereira de Melo

Arthur Gualberto da Cruz Bacelar Urpia

Rejane Sartori

**DOI 10.22533/at.ed.4482101043**

### **CAPÍTULO 4..... 43**

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO PARANÁ

Cristiano José Barreto

**DOI 10.22533/at.ed.4482101044**

### **CAPÍTULO 5..... 53**

A PRÁTICA DA LEITURA NO PROCESSO DE (RE)SOCIALIZAÇÃO

Hillary Mariane Lapas Fujihara

Patricia Helena de Freitas

**DOI 10.22533/at.ed.4482101045**

### **CAPÍTULO 6..... 68**

A RECEPÇÃO E A REELABORAÇÃO DO CONCEITO DE PLANIFICAÇÃO POR GUERREIRO RAMOS (1945-1953)

Alan Caldas

**DOI 10.22533/at.ed.4482101046**

### **CAPÍTULO 7..... 83**

ANÁLISE FOLHA DE PAGAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN, NOS ANOS DE 2012 A 2016 – RUBRICA SALÁRIO FAMÍLIA

Clara Larissa Pinto de Araújo

Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira Lucena

Erivan Ferreira Borges

**DOI 10.22533/at.ed.4482101047**

<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>88</b>
<b>ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LIDERANÇA E CAPACIDADE ABSORTIVA DO CONHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA</b>	
Daniela de Oliveira Massad	
Daniele Santos de Oliveira Archanjo de Souza	
Andreia Maria Pedro Salgado	
Édis Mafra Lapolli	
Fernando Augusto Silva Marins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4482101048</b>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>100</b>
<b>CAIR, LEVANTAR E RECUPERAR: RESILIÊNCIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FRENTE A DESASTRES CLIMÁTICOS</b>	
Tomas Matheus Giacomet de Oliveira	
Priscila dos Santos Schiavo	
Denis Dall'Asta	
Clóvis Fiirst	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4482101049</b>	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>111</b>
<b>CERÂMICA VIVA</b>	
Isabela Frade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010410</b>	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>124</b>
<b>COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA: ALTERNATIVAS À PRODUÇÃO DE INOVAÇÃO DECORRENTE DE PESQUISAS BÁSICAS DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR</b>	
Samantha Frohlich	
Eliana Cunico	
Gabriela Christ	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010411</b>	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>140</b>
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA?</b>	
Ralph José Neves dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010412</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>152</b>
<b>DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO SOCIAL NO ALTO JEQUITINHONHA – MG: OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL</b>	
Allain Wilham Silva de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010413</b>	

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>174</b>
<b>ELEMENTOS RELEVANTES NO PROCESSO DE COPRODUÇÃO NA PERCEPÇÃO DA EQUIPE</b>	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado	
Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010414</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>185</b>
<b>ENTIDADE ASSISTÊNCIAL: CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE SÃO JOÃO DA URTIGA</b>	
Bruna Hariane da Costa	
Emanuel Zanandréa	
Valéria Fracaro	
Valquíria Scolari	
Willian Sbruzzi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010415</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>204</b>
<b>ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM PERÍCIA CONTÁBIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA EM ESTUDOS NACIONAIS DURANTE O PERÍODO DE 2008 A 2018</b>	
Clara Alice Spies	
Lucimara Aparecida Zancheta	
Liliane Dalbello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010416</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>226</b>
<b>GOVERNANÇA METROPOLITANA NA ESCALA LOCAL FRAGILIDADES, ENTRAVES E POSSIBILIDADES DOS MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE</b>	
Natália Aguiar Mol	
Sophia Guarnieri	
Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França	
Jordan de Oliveira Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010417</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>243</b>
<b>GUIA PRÁTICO DE ATENDIMENTOS EM COACHING COM FERRAMENTAS COMPORTAMENTAIS, DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO</b>	
Vera Ruth de Carvalho Fidalgo	
Rilvanda Maria Pires Santos	
Caroline das Graças dos Santos Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010418</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>275</b>
<b>IDENTIFICAR A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
Luiz Laertes de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010419</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>297</b>
INCLUSÃO DIGITAL EM JOGOS DIGITAIS EDUCACIONAIS: ANÁLISE POÉTICA DO JOGO SOLITAIREQUIZ	
José Roberto Cordeiro Luciane Maria Fadel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>309</b>
INSTRUMENTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: ATIVIDADE INTEGRADORA DO PLANEJAMENTO A PRÁTICA	
Fábio Teixeira Lima Felipe Lopes de Lima Gernei Goes dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>320</b>
MU (SEU): ESPAÇO DE CONEXÃO COM O PÚBLICO	
Aline Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>332</b>
NARRATIVAS DE VIDA DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ: EXPRESSÃO HUMANISTA DOS DIREITOS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA	
Adriana do Carmo Figueiredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>346</b>
O PAPEL DE ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) DE UBATÃ-BAHIA E A POPULAÇÃO ATENDIDA ENTRE 2016 E 2017	
Pricila Pereira dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010424</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>359</b>
OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM EM UM PLANO DE AULA SEGUNDO O MÉTODO DA NEOAPRENDIZAGEM	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado Graziela Grando Bresolin Patricia de Sá Freire Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010425</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>373</b>
RACISMO, MACHISMO, SEXISMO NA PUBLICIDADE: UM DILEMA ENTRE A CRIATIVIDADE E O DISCURSO POLITICAMENTE CORRETO	
Marina Aparecida Espinosa Negri	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010426</b>	

<b>CAPÍTULO 27.....</b>	<b>388</b>
<b>TÉCNICAS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS – UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA</b>	
Amanda Silva Abrão	
Glória de Freitas Rocha Ribeiro	
Leôncio Campos Gouveia	
Mariana de Pádua Alves	
Marcos Roberto Alves da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010427</b>	
<b>CAPÍTULO 28.....</b>	<b>405</b>
<b>BIBLIOMETRIA COMO TRILHA DE CONHECIMENTO E PESQUISA</b>	
Rafael Angelo Santos Leite	
Marina Bezerra da Silva	
Iracema Machado de Aragão	
Maria Emilia Camargo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010428</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS.....</b>	<b>418</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>419</b>

# CAPÍTULO 2

## A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL

Data de aceite: 22/03/2021

Data de submissão: 05/01/2020

### Josemar da Silva Abrantes

Univiçosa – Centro Universitário de Viçosa  
Coimbra – MG  
<http://lattes.cnpq.br/8859528854543152>

### Renata Silva Gomes

Pontifícia Universidade Católica de Minas  
Gerais  
Ouro Preto – MG  
<http://lattes.cnpq.br/8400924606740493>

**RESUMO:** A teoria da desconsideração da personalidade jurídica surgiu com o intuito de reprimir abusos e fraudes praticados por aqueles que se utilizam da personalidade jurídica de uma sociedade empresária, para cometer atos desvirtuantes do verdadeiro propósito a que ela foi criada. O presente estudo teve por objetivo analisar a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica com o advento da reforma trabalhista - Lei 13.467/2017- e sua aplicação na justiça do trabalho, bem como seus impactos no que concerne ao direito empresarial. A grande discussão é que na justiça do trabalho a desconsideração da personalidade jurídica sempre foi aplicada aos processos por mero despacho dos juizes, o que veio a mudar com a previsão da desconsideração de forma incidental trazida pelo novo Código de Processo Civil de 2015, e mais recentemente com a reforma trabalhista. Muito se discute com

relação ao direito material a ser aplicado, pois na seara trabalhista, é quase que sedimentado a aplicação do art. 28, § 5º do Código de Defesa do Consumidor, em que a mera insolvência da sociedade já se torna o suficiente para penetrar no patrimônio dos sócios, superando a personalidade jurídica da sociedade, por outro lado, na justiça cível, a desconsideração tem maior rigor, devendo seguir os requisitos do art. 50 do Código Civil, sendo eles o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial. No decorrer do estudo foram utilizados os métodos jurídico-dogmático e jurídico-comparativo sendo vistos diversos conceitos e pensamentos doutrinários sobre o tema, não deixando de analisar o comportamento do judiciário e uma comparação da aplicabilidade da *Disregard Doctrine* na Justiça Comum e do Trabalho.

**PALAVRAS – CHAVE:** Desconsideração da personalidade jurídica. Direito empresarial. Justiça do trabalho. Reforma trabalhista.

### THE DISREGARD OF LEGAL PERSONALITY IN LABOR REFORM AND ITS IMPACTS ON BUSINESS LAW

**ABSTRACT:** The theory of disregarding legal personality came up with the intention of repressing abuses and frauds practiced by those who use the legal personality of a business society, to commit deviating acts of the true purpose for which it was created. This study aimed to analyze the application of the theory of disregard for legal personality with the advent of labor reform - Law 13.467 / 2017- and its application in labor justice, as well as its impacts with regard to corporate law. The major discourse is that in the labor

courts the disregard of legal personality has always been applied to lawsuits by mere order of the judges, which has changed with the provision of disregard incidentally brought by the new Civil Procedure Code of 2015, and more recently with labor reform. Much is discussed in relation to the material law to be applied, because in the labor field, the application of art. 28, § 5 of the Consumer Protection Code, in which the mere insolvency of the company is already sufficient to penetrate the shareholders' equity, overcoming the legal personality of the company, on the other hand, in civil justice, the disregard is more rigorous, and must follow the requirements of art. 50 of the Civil Code, which are the deviation of purpose or confusion of assets. During the study, the legal-dogmatic and juridical-comparative methods were used, being seen several concepts and doctrinal thoughts on the theme, while analyzing the behavior of the judiciary and a comparison of the applicability of Disregard Doctrine in the Common and Labor Justice.

**KEYWORDS:** Disregard of legal personality. Business law. Work justice. Labor reform.

## 1 | INTRODUÇÃO

A personalidade jurídica é a separação do patrimônio dos sócios do patrimônio da pessoa jurídica que é revestida de personalidade própria, na qual a sociedade é sujeito de direitos e deveres perante terceiros.

Existem aqueles que se utilizam da personalidade jurídica de uma sociedade empresaria para fraudar, causando prejuízos alheios. Para esses casos foi criado o instituto da *Disregard Doctrine*, ou seja, a desconsideração da personalidade jurídica, que, em resumo, consiste em o juiz, no caso concreto, observadas algumas exigências legais, buscar no patrimônio dos sócios o valor para saldar as dívidas da pessoa jurídica com seus credores.

O problema, motivador deste estudo, se passa na esfera trabalhista, na qual os magistrados há longos anos vêm aplicando a desconsideração da personalidade jurídica sem observar os requisitos legais, decidindo *ultra legis*, pois não havia previsão legal para aplicação deste instituto na justiça do trabalho, que levava os doutos magistrados a aplicarem por analogia o art. 28, §5º do Código de Defesa do Consumidor e pelo simples fato da insolvência da sociedade, já era o suficiente para atingir o patrimônio dos sócios para saldar a dívida trabalhista.

Ocorre que, o legislador, com a lei 13467 de 13 de julho de 2017 (Reforma Trabalhista), incluiu na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) o art. 855 – A, que prevê a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito da justiça do trabalho, remetendo aos artigos 133 a 137 do código de processo civil que faz com que, para a incidência do instituto, seja necessário seguir os parâmetros legais, ou seja, o art. 50 do Código Civil.

Em vista disto, o presente estudo busca discorrer sobre as peculiaridades para a aplicação da *Disregard Doctrine* na justiça comum e na justiça do trabalho, fazendo um

comparativo entre elas com o intuito de demonstrar os prejuízos trazidos não só aos empregadores quanto a toda sociedade pela má aplicação de tal instituto.

## **2 | MATERIAL E MÉTODOS**

A pesquisa tem cunho jurídico-dogmático e jurídico-comparativo. Pauta-se em fontes secundárias como o Código Civil de 2002, o novo Código de Processo Civil de 2015, as normas reformadoras da CLT em 2017 e posicionamentos doutrinários de forma a fazer um comparativo da desconsideração da personalidade jurídica na justiça comum e na justiça do trabalho, com o cunho de evidenciar a diferença na em sua aplicação.

## **3 | DA APLICAÇÃO DA TEORIA E SEUS EFEITOS**

Através da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, é possível inibir e reparar condutas fraudulentas dos sócios e administradores da pessoa jurídica, dessa forma, caso comprovados os requisitos legais, é possível ao prejudicado por estes atos, solicitá-la em sua petição inicial ou de forma incidental no processo, para que o juiz possa, observados o contraditório e a ampla defesa, superar a personalidade jurídica e saldar a dívida não suportada pela sociedade.

Porém, a má aplicação do instituto em tela pode acarretar sérios prejuízos a esses sócios e administradores, bem como a toda a coletividade envolvida com esta atividade empresária.

### **3.1 Do Abuso da Personalidade Jurídica**

Todos devem ter assegurado seu direito de juntar esforços para criar seu próprio empreendimento, recebendo proteção legal para poder exercer, sem maiores preocupações, sua atividade. Acontece que, nem sempre um empreendimento sai conforme o esperado, gerando contração de dívidas para o titular, causando diversos transtornos tanto para o empreendedor quanto para credores, trabalhadores e a sociedade como um todo.

Visto isso, o legislador criou proteções específicas para a pessoa que deseja constituir uma sociedade empresária, criando as sociedades de responsabilidade limitada, na qual se tem a limitação da responsabilidade do sócio ao valor das cotas ou ações que integralizou ao capital social, desta forma, não há mais a preocupação do sócio em perder o patrimônio pessoal que não colocou no negócio de risco. Todavia, alguns se utilizam da personalidade jurídica para fraudar credores.

Se uma pessoa física se vincula contratualmente a outra, por obrigação de não fazer e, na qualidade de representante de sociedade empresária, faz exatamente aquilo que se havia comprometido omitir, no rigor do princípio da autonomia da pessoa jurídica, não teria havido quebra do contrato. Quem fez foi a sociedade, e não a pessoa física que agiu em nome dela. Assim também ocorreria se um empresário individual vendesse, a prazo, o seu

estabelecimento empresarial a sociedade que detivesse 90% do capital, instituindo-se sobre ele garantia de direito real em seu próprio favor. Em ocorrendo a falência da sociedade, o seu sócio majoritário, por ser credor preferencial, seria pago anteriormente aos quirografários. Aquele que, no insucesso do negócio, deveria ser considerado devedor (o empresário individual antigo titular do estabelecimento) assume a condição de credor privilegiado, com direito prejuízo ao atendimento dos demais (COELHO, 2011, p. 153).

Conforme exemplos trazidos por Fábio Ulhoa Coelho na citação acima, vários são os modos de fraudar credores, motivo esse que a desconsideração da personalidade jurídica deve ser aplicada, para evitar que a personalidade jurídica seja utilizada apenas como um instrumento para causar danos a outrem.

## 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caso comprovados os requisitos legais, é possível ao prejudicado por atos fraudulentos, solicitar a Desconsideração da Personalidade Jurídica em sua petição inicial ou de forma incidental no processo, para que o juiz possa, observados o contraditório e a ampla defesa, superar a personalidade jurídica e saldar a dívida não suportada pela sociedade.

Vários são os modos de fraudar credores, haja vista que quem fez o ato foi a sociedade e não a pessoa física por trás dela, motivo esse que a desconsideração da personalidade jurídica deve ser aplicada (COELHO, 2011, p. 153).

A aplicação material mais eficaz e justa empregada no direito Brasileiro é a trazida pelo Código Civil, uma vez que conserva a finalidade para a qual foi criada a disregard doctrine, pois preserva a pessoa jurídica, sendo sua aplicação feita de caráter excepcional, não podendo ser utilizada por mera insolvência do devedor.

Aduz o art. 50 do Código Civil (BRASIL, 2002) que apenas em caso de desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial é que pode se estender as obrigações da sociedade aos bens particulares dos sócios ou administradores.

O artigo supracitado é o mais bem aceito entre os doutrinadores, sendo chamado de “a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica”, pois apenas em caso de desvio de finalidade ou confusão patrimonial é que será aplicado o instituto, o que dá mais proteção ao sócio que passa por momentos de dificuldades em seu negócio.

No que tange a forma, com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil de 2015, foi inserido o capítulo IV, do art. 133 ao 137, que regula a forma incidental da desconsideração da personalidade jurídica, remetendo à teoria maior encontrada no art. 50 do Código Civil.

Mas nem sempre foi assim, observa-se que o art. 135 do Código de Processo Civil proporciona o direito de manifestação e produção de provas para o sócio ou para a pessoa jurídica, o que anteriormente ao Código de Processo Civil de 2015 não acontecia,

a desconsideração da personalidade jurídica era decidida por mero despacho, aplicando o art. 28, § 5º do CDC, não dando ao executado sequer a oportunidade de se defender, o que gerava uma afronta aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Na Justiça do trabalho, com a reforma trabalhista (Lei 13467/17), houve a inserção do art. 855 – A na CLT, que previu a forma de como se aplicar a desconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho, remetendo ao Código de Processo Civil. Assim dispondo, “*Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto nos arts. 133 a 137 da Lei 13.105, de 6 de março de 2015 – Código de Processo Civil.*” (BRASIL, 2015, online).

No Código de Defesa do Consumidor, foi adotada a “teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica”, portanto a simples insolvência da pessoa jurídica devedora já é o suficiente para que seja feita a desconsideração, pois, de acordo com os princípios consumeristas, o consumidor é sempre parte vulnerável, sendo o elo mais fraco na relação de consumo.

O Art. 28, §5º do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990, online) reza que em detrimento do consumidor, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade sempre que houver dificuldade no ressarcimento de determinados prejuízos.

Destaca-se, neste interim, que antes de entrar em vigor o Código de Processo Civil de 2015, a desconsideração da personalidade jurídica era realizada na justiça do trabalho por um simples despacho do juiz, inclusive até mesmo de ofício, conforme se pronuncia Sérgio Pinto Martins (2016, p. 1005) “*A desconsideração da personalidade jurídica da empresa já era feita na prática na execução trabalhista sem que houvesse um procedimento a seguir.*”

Dito isso, o empregador sequer tinha a oportunidade de se defender diante do caso concreto, isso implica diretamente em uma afronta ao princípio da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da autonomia patrimonial.

Graças ao princípio da autonomia patrimonial, os sócios não respondem, em regra, por obrigações da sociedade empresária, devendo, apenas em caso de falência, poder se cogitar de alguma forma a responsabilidade por parte dos sócios, devendo ser observados uma série de fatores e condições (COELHO, 2011, p. 142).

A *Disregard Doctrine* tem sido aplicada nas varas cíveis e empresariais baseando-se no artigo 50 do Código Civil, sendo utilizado quando ocorrido abuso da personalidade jurídica por parte do administrador ou sócio, caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial (CELHO, 2011, p.141).

Com efeito, na justiça do trabalho é aplicado o art. 28, § 5º do Código de Defesa do Consumidor, sendo desnecessário que haja fraude ou abuso da personalidade jurídica, bastando a simples insolvência da sociedade empresária. Segundo o posicionamento de ALMEIDA (2016, p. 434) a limitação da responsabilidade dos sócios, conferida pelo Código Civil, no caso de obrigações trabalhistas, não pode prevalecer, uma vez que de acordo com o art. 2º, caput e §2º da Consolidação das Leis do Trabalho a empresa assume os riscos

da sua atividade, não podendo ser transferidos aos trabalhadores. Portanto, o risco não é socializado e sim individualizado, ou seja, apenas da empresa.

Resta salientar que, a má aplicação da desconsideração da personalidade jurídica não só prejudica o empregador, mas a toda sociedade, pois desestimula o investimento em novos negócios devido ao risco patrimonial, gerando um impacto negativo na economia.

Muito embora tenha sido publicada a reforma trabalhista (Lei 13467/17), com a inserção do art. 855 – A, que remete ao aos artigos 133 e seguintes do CPC para aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica, o que infelizmente se tem notado é que ainda os juízes têm aplicado o direito material previsto no Código de Defesa do Consumidor em detrimento à autonomia patrimonial do empresário.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todos dados levantados, notou-se que a desconsideração da personalidade jurídica foi aplicada ao bel-prazer dos magistrados trabalhistas ao longo da história, utilizando-se de meros despachos feitos de ofício, para atingir o patrimônio dos sócios, tendo como escopo que o trabalhador é parte vulnerável assim como o consumidor, o que permite a aplicação subsidiária do Código de Defesa do Consumidor quando há uma lide entre empregador e empregado, o que contraria o verdadeiro propósito da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

Porém, mesmo após o novo Código de Processo Civil e a Reforma Trabalhista ainda há tendências de que na justiça do trabalho continue sendo aplicada a teoria menor, que afronta direitos e garantias previstos em lei aos empregadores que muito contribuem para o desenvolvimento econômico da sociedade.

Portanto, torna-se imprescindível aos juízes que, no caso concreto tenham cautela ao aplicar a desconsideração da personalidade jurídica, pois a simples insolvência da sociedade não gera direito a afastar a personalidade jurídica para sanar os créditos trabalhistas. Por se tratar de medida excepcional, devem ser atendidos requisitos específicos e autorizadores para a caracterização da incidência da desconsideração da personalidade jurídica e não a simples falta de bens no patrimônio da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cleber Lúcio de. **Responsabilidade patrimonial**: Penhora de salário. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016. p. 434.

BRASIL, **Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: . Acesso em: 02 set. 2018.

BRASIL, **Lei 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: . Acesso em 09 out. 2018.

BRASIL, **Lei 13105 de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: . Acesso em: 02 set. 2018. BRASIL, Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 02 set. 2018.

COELHO. Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 141-153.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do Trabalho**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 1005.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise Econômico-financeira 83  
Aprendizagem Organizacional 88, 89, 136, 361  
Atividade Física 43, 44, 46, 47, 48, 51  
Auditoria 83, 84, 86, 190

### C

Capacidade Absortiva 7, 88, 89, 90, 91, 93, 95  
Cerâmica 7, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 157  
Compartilhamento 27, 29, 30, 31, 38, 39, 41, 42, 92, 116, 122, 177, 326, 334, 344, 360  
Comunidade de Aprendizagem 111, 362  
Conhecimento 6, 7, 9, 10, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 16, 17, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 55, 58, 62, 63, 64, 65, 73, 74, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 113, 115, 116, 126, 127, 130, 132, 135, 136, 138, 140, 141, 149, 160, 161, 168, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 192, 201, 205, 206, 208, 210, 216, 219, 223, 235, 248, 265, 274, 276, 277, 278, 279, 292, 293, 295, 297, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 321, 323, 333, 335, 336, 338, 340, 342, 343, 344, 346, 349, 360, 361, 362, 363, 367, 368, 369, 371, 388, 390, 394, 405, 406, 407, 411, 414, 416, 418  
Contabilidade Pública 83  
Cooperação 7, 47, 93, 114, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 169, 170, 172, 180, 228, 229, 280, 361, 397, 398

### D

Desastres Climáticos 7, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109  
Desconsideração 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25  
Desenvolvimento Econômico 5, 7, 25, 30, 124, 136, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 239, 241, 280, 360  
Desenvolvimento Social 75, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 194, 202, 348, 357  
Direito empresarial 6, 20

### E

Educação Intercultural 1, 13, 14  
Ensino Prisional 53, 55  
Estado 6, 8, 1, 31, 32, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 58, 61, 67, 75, 81, 103, 105, 110, 113, 114, 117, 120, 122, 130, 132, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149,

150, 151, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 183, 188, 189, 204, 206, 207, 208, 209, 222, 224, 230, 231, 235, 246, 247, 251, 252, 257, 263, 274, 316, 320, 326, 336, 348, 349, 351, 358, 371, 415

etnoReconhecimento 1, 2, 3, 17, 18

Extensão Acadêmica 111

## **G**

Gestão 6, 8, 3, 5, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 40, 41, 88, 89, 93, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 130, 138, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 174, 175, 177, 187, 188, 190, 191, 198, 199, 200, 201, 202, 219, 223, 226, 228, 229, 230, 231, 236, 237, 238, 241, 242, 243, 281, 282, 295, 352, 357, 370, 388, 395, 397, 405, 416, 418

Gestão do conhecimento 6, 27, 29, 36, 40, 88, 174, 177

Guerreiro Ramos 6, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 80

## **I**

Inovação 7, 27, 29, 36, 38, 39, 41, 75, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 180, 181, 184, 269, 359, 360, 361, 364, 371, 375

Inteligência 6, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 52, 271, 272, 339, 340, 377

## **J**

Justiça do trabalho 20, 21, 22, 24, 25

## **K**

Karl Mannheim 68, 69, 70, 71, 81, 82

## **L**

Liderança 7, 47, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 131, 156, 157, 165, 170, 171, 182, 280, 362

## **M**

Municípios Paranaenses 7, 100, 102, 104

Museus 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 313, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 330, 331

## **P**

Personalidade Jurídica 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Pesquisa Aplicada 124, 125, 133

Pesquisa Básica 124, 125, 131

Planificação 6, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 116

Policial Militar 43, 45, 47, 48, 49

Prática Estratégica 53, 59, 61, 67

Projeto de Arte 111

Projeto de Remição pela Leitura 53, 57, 58, 60, 63

Psicologia Militar 43, 46

## **R**

Reforma Trabalhista 6, 20, 21, 24, 25

Resiliência Financeira 7, 100, 101, 102, 104, 105, 108

Revisão sistemática 7, 88, 92, 95

## **S**

Saúde do Trabalho 43

Segurança Pública 5, 6, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49

Suicídio 43, 47, 49, 50, 51, 52

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2021

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2021